

Economistas propõem programa de emergência

24 JUL 1984

Um programa social de emergência, com a criação de empregos e a redistribuição da renda, foi a proposta apresentada ontem pelos representantes dos conselhos federal e regional de economistas de todo o País, reunidos durante dois dias em São Paulo.

O documento distribuído pelos economistas, além de condenar a recessão, sugere a abertura de frentes de trabalho urbanas e rurais; oferta de alimentos básicos a preços reduzidos; reajuste salarial de acordo com o INPC pleno para todas as faixas; e compatibilização imediata da prestações da casa própria com a capacidade de pagamento dos mutuários.

Para os economistas, "a submissão ao FMI aprofundou a deterioração de todo o sistema de financiamento público e privado", provocando taxas reais de juros muito altas. Mas acreditam que existam condições objetivas para a recuperação da economia.



Essas condições seriam, entre outras, o potencial para aumento da produção agrícola, os elevados índices de capacidade ociosa nas indústrias, e os milhões de trabalhadores desempregados.

Os economistas advertiram para o perigo de uma hiperinflação, que desorganizará completamente o sistema econômico, ao se fazer qualquer tentativa de reanimação do fluxo de investimentos, se forem mantidas as atuais condições impostas pelo FMI.

Uma ameaça desse descontrole ficou agravada pela insuficiência previsível da produção de alimentos na safra 84/85, devido à atual política agrícola.

O documento sugere a desdolarização (desvinculação da taxa cambial) dos valores que as empresas e as instituições financeiras têm a pagar ou a receber; a desindexação (eliminação da correção monetária) dos papéis de curto prazo, mas preservando-se a correção pós-fixada apenas para as caderetas de poupança e para uma nova categoria de títulos públicos de longo prazo, que não seriam negociáveis no mercado secundário.

As dívidas entre os diferentes níveis governamentais deveriam, de acordo com os economistas, ser assumidas pelas autoridades monetárias consolidando-se as dívidas das empresas estatais.

É proposta ainda, como forma de a economia voltar a crescer entre 6 a 7%, a imediata redução dos juros reais, enquanto no plano externo recomendam a moratória, desde que as negociações por juros e prazos mais compatíveis não sejam conquistadas nas negociações com os credores. O documento, assinado por 25 economistas, condena também a transferência líquida de recursos para o Exterior.